

VULNERABILIDADE ESTRUTURAL DA VENEZUELA E OS IMPACTOS AO ENTORNO ESTRATÉGICO SUL-AMERICANO

Fernanda Delgado de Jesus¹
João Victor Marques Cardoso²

RESUMO

O trabalho analisa geopoliticamente como a vulnerabilidade venezuelana impacta a estabilidade da América do Sul, onde o Brasil desempenha relativo protagonismo. À luz da Teoria do Complexo Regional de Segurança (TCRS), parte-se da hipótese de que tal vulnerabilidade afeta o espaço sul-americano, pois a segurança dos atores estatais seria interdependente em um complexo. De um lado, a vulnerabilidade é explicada mediante a dimensão estrutural das reservas de hidrocarbonetos. Por outro, os impactos à estabilidade sul-americana tangenciam o protagonismo brasileiro por meio dos seguintes vetores: geopolítica da energia, comercial-financeiro, fluxo migratório e integração regional. Tal modelo analítico verifica que a paralisação de mecanismos regionais à crise venezuelana segue a lógica de construção de padrões de amizade/inimizade, baseados na cláusula democrática que sustenta os processos de integração regional. A formação desses padrões, segundo a TCRS, se alinha via mecanismo de penetração a potências externas, harmonizando-se a segurança regional e a global. A criação do Grupo de Lima e o esvaziamento dos organismos regionais, que, com efeito, isolam a crise venezuelana e desafiam o protagonismo do Brasil, são fenômenos que caracterizam os padrões de amizade/inimizade em curso, alinhados às identidades e interesses promovidos pela potência externa hegemônica e a ordem internacional por ela protegida.

Palavras-chave: Complexo Regional de Segurança; Crise na Venezuela; Geopolítica do Petróleo.

¹ Doutora. Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

E-mail: fernanda.jesus@fgv.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1177-5664>

² Mestrando. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro,

RJ, Brasil. E-mail: joao_marques@id.uff.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5745-4757>

INTRODUÇÃO

A República Bolivariana da Venezuela é um país rico em recursos naturais, detendo uma das maiores reservas de petróleo, gás natural e minérios (ferro, ouro, bauxita e diamantes) do mundo. Produtora de petróleo em grau comerciável desde 1914, quando iniciada a exploração do campo Mene Grande, no Lago Maracaibo, a Venezuela possui grande potencial para se desenvolver social e economicamente. A população soma cerca de 31,1 milhões, das quais 20,4 milhões possuem entre 15 e 64 anos, e 1,9 milhão a partir de 65 anos. Trata-se de uma população majoritariamente urbana, cerca de 90%, concentrada em cidades como a capital Caracas, com mais de cinco milhões de habitantes. O PIB atinge pouco mais de US\$ 287 bilhões (2016), do qual 25% são representados pelo setor de óleo e gás. As reservas provadas de petróleo atingem 302,809 bilhões de barris, enquanto que as de gás natural somam 5,707 trilhões de metros cúbicos. A produção de petróleo cru alcança 2,37 milhões de barris ao dia (2016), dos quais 1,835 milhão são exportados, e a capacidade de refino atinge 1,890 milhão de barris por dia³. Vale destacar que os dados de produção e exportação de petróleo, apresentados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo, em 2016, não mais refletem a realidade do setor na Venezuela, mergulhado em profundo colapso.

O objetivo do presente artigo é analisar geopoliticamente como se relacionam a vulnerabilidade de um ator e a estabilidade da região na qual se encontra, especificamente, a vulnerabilidade estrutural da Venezuela e a estabilidade no espaço sul americano, no qual o Brasil possui relativo protagonismo. A crise venezuelana caracterizada pela recessão econômica e pela hiperinflação, e, conseqüentemente, os efeitos sociais profundos a revelarem uma crise também humanitária, com violações dos direitos humanos, impactam sobremaneira a estabilidade da América do Sul, desafiando o protagonismo regional do Brasil. Diante desse modelo analítico, a Teoria do Complexo Regional de Segurança é revisada para explicar o transbordamento de uma crise específica de um ator sobre o complexo regional no qual está inserido. Em seguida, é analisada a

³ Dados sobre óleo e gás, ver: ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES. Venezuela facts and figures. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/en/about_us/171.htm>.

vulnerabilidade estrutural da Venezuela à luz da transição democrática finalizada na década de 1960 e da crise recente do regime bolivariano, e, por fim, os impactos sentidos pelo complexo regional sul americano em pelo menos quatro vetores: geopolítica da energia, comercial-financeiro, fluxo migratório e integração regional.

II – OS REGIONALISMOS E O COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA

Diante do fim da Guerra Fria e do resultante enfraquecimento de teorias dominantes como o realismo e o liberalismo, abordagens que valorizam o aspecto regional se valorizaram no campo de estudo das Relações Internacionais. O fim da bipolaridade global trouxe à tona a distensão de processos de integração regional e a formulação de novas agendas, anteriormente restritas à temática da segurança. Os processos de integração tornaram-se viáveis devido ao fim das atividades voltadas para a perpetuação dos anteriores blocos de poder, em disputa por zonas de influência, permitindo, então, que os demais Estados pudessem desenvolver com maior margem de manobra e autonomia seus respectivos interesses nacionais. Contudo, o imediato momento do pós-Guerra Fria evidenciou o triunfalismo dos Estados Unidos da América (EUA) e não interrompeu seus interesses em influenciar a ordem internacional e, conseqüentemente, os processos regionais em movimento. Os processos de integração regional na América do Sul, especificamente, caracterizam ambos os aspectos: o papel dos países locais em formularem novas agendas em prol de seus interesses e o cerceamento dos EUA ao sinalizarem os limites ideacionais e materiais dos processos de integração sul-americanos.

Torna-se importante verificar, primeiramente, que a América do Sul é um subcontinente com incidência de conflitos relativamente baixa, o que, com efeito, produz equívoco acerca da relevância dos elementos de segurança para os processos de integração regional. O histórico sul-americano identifica uma redução substancial em quantidade e grau de impacto de conflitos regionais no século XX em relação ao XIX. Ainda assim, uma série de tensões não elimina a importância do papel da segurança na regionalização, no que diz respeito a fatores externa e internamente motivados: a guerra ao narcotráfico empreendida pelo Plano Colômbia, financiado pelos EUA; a Guerra das Malvinas; a defesa

da Amazônia e do Atlântico Sul, com suas riquezas estratégicas. Em geral, a segurança é o principal aspecto que os Estados a se integrarem e aprofundarem seus laços cooperativos, a fim de evitar o retorno de um conflito ou de criar capacidade dissuasória contra uma ameaça externa potencial. Tais foram os germes que encaminharam a Europa a superar suas históricas rivalidades, repercutindo no atual complexo regional, cujo grau de complexidade não é encontrado em processos paralelos.

A relação com os EUA, apesar de reduzida durante os anos da Guerra Fria, devido ao foco estadunidense sobre outras regiões como a Europa Ocidental, o Oriente Médio e o Sudeste Asiático, foi aprofundada nos anos 1990, por meio da propagação do Consenso de Washington e a intenção dos EUA em criar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Até então, a integração hemisférica era relacionada ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que assegurava a defesa das Américas contra impactos externos – leia-se comunismo. O TIAR, no entanto, foi quebrado pelos próprios EUA ao não apoiarem a Argentina durante a Guerra das Malvinas, evitando a indisposição com o Reino Unido. Já em 1990, o tom passa a ser profundamente econômico e influencia a criação de mecanismos regionais como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), resultado da redefinição das relações entre Brasil e Argentina e, portanto, a porta de entrada para uma América do Sul mais integrada. Atualmente, o Mercosul possui uma agenda multidimensional além do originário campo econômico ao qual se restringia, abrangendo resultados na integração política, jurídica e social.

No que diz respeito à perspectiva tradicional sobre a segurança, torna-se relevante apontar a criação da União das Nações Sul-americanas (Unasul) e seu Conselho de Defesa (CDS), de caráter consultivo, porém, um avanço na formulação conjunta de políticas de defesa. Esses resultados indicam a preocupação regional em superar atrasos históricos no campo da segurança e da necessidade de pensar a Defesa como um elemento comum da região. Os desafios, contudo, são significativos, pois, além do cerceamento dos EUA, a América do Sul possui deficiências em matéria de infraestrutura, arriscando a mobilização militar, e baixo desenvolvimento tecnológico, inviabilizando uma indústria de defesa.

Atenta a ambos os contextos de regionalização e manutenção da hegemonia dos EUA, a Teoria do Complexo Regional de Segurança (TCRS) tem o mérito de identificar o âmbito regional, para fins analíticos, como o campo de mais precisa interação entre os entes nacionais e a estrutura

global de segurança. A partir disso, a teoria analisa a formação de blocos de tamanha complexidade cujos Estados, apesar de não ser uma teoria estado-cêntrica, estão ligados tão profundamente que suas seguranças não podem ser consideradas separadas umas das outras. Assim, os processos de securitização e desecuritização ocorrerão em âmbito regional.

A fim de atingir a sua máxima conceitual – a região oferece o campo de análise mais promissor para entender a interação entre os níveis políticos nacional e global –, a TCRS abrange perspectivas realistas, com aspectos relevantes acerca dos interesses nacionais e do poder, e construtivistas, especialmente no que tange à influência de identidades e interesses locais sobre os moldes regionais. Em outras palavras, a formação do complexo regional de segurança será influenciada por aspectos macro e micro: a distribuição do poder mundial segundo a lógica da anarquia sistêmica; e, as especificidades locais, como os padrões de amizade/inimizade e as pressões devido à proximidade geográfica, conforme mencionado por Buzan e Waever (2003) sobre as ameaças viajarem mais facilmente em distâncias curtas.

De um lado, a TCRS avalia a anarquia do sistema internacional e se apropria da lógica do equilíbrio de poder, elementos também presentes no âmbito regional. Os entes regionais, portanto, estão inseridos em subestruturas do mais amplo sistema internacional e, da mesma forma, estabelecem relações de poder, sendo possível também avaliar tais relações em termos de polaridade regional (unipolar ou bipolar ou multipolar). Por outro, a TCRS aponta que a formação dos complexos regionais de segurança é caracterizada pelos padrões de amizade/inimizade entre os atores regionais, isto é, as identidades e os interesses construídos pelos próprios agentes ao longo do tempo, que evidenciam o grau de interdependência nas questões de segurança. Atrelada ao complexo regional de segurança, a construção de identidades e interesses, cerne da teoria construtivista, permite avaliar os elementos de securitização. Aquilo que é ou não securitizado depende dos interesses e identidades construídos politicamente – a segurança seria aquilo que os atores fazem dela. Em suma, a dinâmica regional é influenciada tanto pela distribuição de poder mundial quanto pela interpretação e ações dos entes locais, revelando-se uma interação tanto entre as unidades quanto entre a estrutura e as unidades.

A compreensão acerca dos padrões de amizade/inimizade é mais precisa quando estudada a partir do âmbito regional, para que depois

se estenda à inclusão de atores externos mediante os mecanismos de penetração. No âmbito da TCRS, o mecanismo de penetração mapeia a realização de alinhamentos de segurança entre potências externas e Estados inseridos em um complexo regional. Logo, aqueles padrões de amizade/inimizade se conectam para os fins da segurança global, representado pela potência externa. Assim, é possível entender como a rivalidade histórica entre Paquistão e Índia se tornou uma questão de relevância global, a partir dos alinhamentos resultantes daquele com os EUA e desta com a URSS, ou seja, o conflito local serviu de campo de ação para as grandes potências na região. No caso sul-americano, os mecanismos de penetração dizem respeito ao cerceamento da hegemonia estadunidense enquanto os padrões de amizade/inimizade são construídos, endogenamente, entre os atores inseridos no complexo regional.

A relevância desses padrões revela que a Teoria de Complexo Regional de Segurança não negligencia as particularidades históricas de cada região, compreendendo o impacto de fatores histórico-culturais específicos, viabilizando o estudo da dinâmica local. No entanto, conforme apontado por Buzan e Waeber (2003), em uma investigação sobre segurança, os argumentos culturais, históricos e econômicos acabam se tornando normativos, desvencilhando do objetivo principal em definir regiões condicionadas aos termos de segurança, bem como as ligações inter-regionais e as interações regionais com assuntos globais ligados restritamente à segurança.

Apontados os principais elementos da TCRS, é importante verificar para este trabalho o vínculo entre a segurança e a democracia no caso da América do Sul. No que diz respeito ao regionalismo sul americano, este encontra força a partir das transições democráticas, conforme apontado por Gardini (2010) acerca da existência de um relacionamento intenso entre os processos de democratização e regionalização na América do Sul, entre meados dos anos 1980 e início dos 1990, culminando na criação do Mercosul. Não se trata, contudo, de um vínculo determinístico, pois, segundo Gardini (2010), tal interação indica, de um lado, a democratização a influenciar a regionalização do Cone Sul, por outro, a regionalização a impactar a transição e a consolidação democrática dos atores, especialmente, o Brasil e a Argentina.

Diante dessa hipótese, Gardini (2010) procura identificar os fatores que correspondem à sua veracidade: a coincidência temporal entre os processos de regionalização e democratização; a propagação de um

discurso político no qual a democracia seria vital para a criação de um mercado comum; e, por fim, a evidência de que, diante da diversidade de falhos mecanismos de integração latino-americanos, aquele promovido por Brasília e Buenos Aires em comunhão democrática se revelou certo. Contudo, os laços cooperativos firmados já vinham se aprofundando ainda durante o período dos regimes militares, como provam os acordos referentes aos recursos hídricos da bacia do Paraná e a parceria militar estabelecida na Operação Condor⁴, ligados, respectivamente, à segurança energética e à segurança interna pensada como afastamento da ameaça comunista. Assim, é possível questionar a relação automática entre a redemocratização e a integração regional, dados os fatores prévios que estimularam a cooperação regional em torno da segurança.

No entanto, é inquestionável o impacto democrático sobre a integração e a criação do Mercosul, especialmente, pela garantia de que a cooperação político-econômica fortaleceria as bases democráticas dos novos regimes instalados. Em outras palavras, a firmação de laços objetivava, sobretudo, a proteção da democracia (GARDINI, 2010). Nesse sentido, a consolidação dos incipientes regimes democráticos e a proteção dos deles tornam-se fatores cruciais para a estabilidade e a segurança sul-americana. Também se deve atentar para a pluralidade de mecanismos de cooperação estabelecidos, diante dos diversos atores presentes, como o importante papel da sociedade civil e do setor empresarial para a emergência do Mercosul (Ibidem, 2010). Certamente, conforme menciona Gardini (2010), as ideias e a previsibilidade que acompanham um regime democrático favoreceram o laço entre a democratização e a regionalização, tendo em vista a legitimidade e a transparência de informações que aquela confere aos princípios de uma política externa guinada à regionalização. Não à toa a manutenção do regime democrático torna-se cláusula no que diz respeito à participação e à manutenção de um ator estatal no Mercosul – fato utilizado no caso da suspensão da Venezuela do bloco regional.

III – VULNERABILIDADE ESTRUTURAL DA VENEZUELA

A análise sobre a transição democrática na Venezuela, desenvolvida por Terry Lynn Karl (1988), revela influências tanto de agentes domésticos

⁴ A Operação Condor foi uma aliança que reuniu regimes militares sul americanos e os EUA, nas décadas de 1970 e 1980, com o objetivo de coordenadamente afastar e eliminar seus opositores políticos.

quanto de um componente estrutural no processo político em questão. De um lado, os agentes políticos internos, como a burocracia estatal, as organizações e os partidos, produzem ações intencionais que impactam a realidade nacional, inclusive na formulação dos pactos políticos que viabilizaram a transição democrática, ao criarem regras políticas e econômicas de modo a reduzirem as incertezas características da transição e conciliarem interesses das elites tradicionais e emergentes. Por outro, o componente estrutural, caracterizado pela economia capitalista global, o sistema internacional de Estados-nações e o desenvolvimento dependente ao qual os países da periferia sistêmica estão submetidos, também possui relevância significativa no processo de transição.

No caso venezuelano, segundo Karl (1988), o petróleo é o elemento que determinou as condições estruturais da transição democrática, ao forjar mudanças sociais e econômicas que impactaram a realidade política nacional. Tratando-se de um típico caso de país cuja exportação é predominantemente marcada por um único conteúdo, o petróleo na Venezuela afeta, nesse sentido, a formação das classes sociais, o desenvolvimento do Estado, o protagonismo de determinados atores políticos e, com efeito, as alianças por eles orquestradas.

Ao longo do regime autoritário do caudilho Juan Vicente Gómez (1908-1935), o petróleo desempenhou, segundo Karl (1988), um papel duplo: em curto prazo, favoreceu os arranjos institucionais; em longo prazo, minou a base social do regime, favorecendo a abertura de lacunas para a mudança política.

Em curto prazo, a descoberta do petróleo e a resultante exploração por companhias estrangeiras, sobretudo estadunidenses, estimularam as receitas do Estado e a formação de modernos arranjos autoritários, tornando-se os petrodólares “o principal bastião de uma aliança que incluía uma hierarquia de caudilhos militares, os produtores de café e cacau dos Andes e a elite comercial e financeira de Caracas” (KARL, 1988, p. 301). O golpe tutelado pelos EUA que levou Gómez ao poder, em 1908, teve, portanto, a garantia acerca da estabilidade do regime, que, mediante as receitas elevadas, promoveu a expansão da burocracia estatal, reduziu a carga tributária sobre as elites nacionais, modernizou o Exército e, com efeito, o aparato repressivo do regime. As concessões de exploração favoráveis às companhias estrangeiras, aliadas aos privilégios fiscais garantidos às elites, garantiram a proteção da aliança oligárquica. Outra evidência marcante dessa aliança protegida diz respeito à inibição da

industrialização nacional devido à alta capacidade de importação gerada pelos petrodólares, pois as clivagens sociais, típicas de um processo de industrialização, foram retardadas, evitando-se pressões da base social que pudessem minar a aliança.

Em longo prazo, no entanto, o petróleo contribuiu sobremaneira para as mudanças estruturais que levaram ao declínio o regime autoritário, tendo minado sua base social e a aliança oligárquica. Devido à supervalorização da taxa de câmbio e a espiral de importação, a produção doméstica foi afetada e a agricultura venezuelana entrou em declínio, especialmente aquelas culturas destinadas à exportação, como o café e o cacau, cuja competitividade fora abalada. No que diz respeito ao aspecto social desse processo, o campesinato foi constrangido a migrar para as zonas urbanas e a elite rural converteu-se em elite urbana comercial e financeira, sobretudo no mercado de importação de bens produzidos nos Estados Unidos. Desenvolveu-se, portanto, um estreito vínculo entre o capital externo e o capital venezuelano, privado e público (KARL, 1988).

Assim, a economia de enclave do petróleo estimulou o crescimento da população urbana, de um mercado interno significativo e de uma classe média composta por assalariados do setor de serviços e burocratas estatais, porém, concomitantemente,

(...) promoveu o surgimento de uma pirâmide invertida de classes sociais: a produção e rápida circulação de petrodólares em função do arrendamento e não de atividades produtivas reais significaram que uma classe média urbana amplamente não produtiva realmente precedesse e superasse em número uma classe trabalhadora em lento crescimento (KARL, 1988, p. 304).

Enquanto a trajetória dominante na América Latina foi marcada, após a Depressão de 1930, por estratégias econômicas de governos populistas, como a industrialização via substituição de importações, a Venezuela ingressou nesse processo somente após o fim da Segunda Guerra Mundial (Ibidem, 1988). A industrialização tardia da década de 1950 tornou-se a condição estrutural para o fim da transição ao regime democrático, quando assumiu mediante o voto popular o governo de Rómulo Betancourt (1959-1964), do centro-esquerda *Acción Democrática*

– principal partido venezuelano do século XX. A elevada demanda por petróleo no pós-guerra, a crise de Suez e a crise iraniana de 1954 forçaram a Venezuela a experimentar a industrialização devido à expansão econômica, pois o aumento da exportação de petróleo e, com efeito, as reservas estrangeiras alimentaram o gasto público e o nível de investimento.

A nova ordem política inaugurada com a ascensão de Hugo Chávez à Presidência da República em 1999, denominada pelo oficialismo de Revolução Bolivariana, foi altamente beneficiada pela conjuntura internacional positiva aos países exportadores de petróleo. Até 2014, a Venezuela foi capaz de transformar as receitas elevadas do petróleo em ambiciosos programas sociais e alavancar o gasto público e a presença estatal na economia. O chavismo criou empresas públicas e nacionalizou companhias privadas em setores econômicos estratégicos como óleo e gás, mineração, metalurgia, telecomunicações e bancário. Não apenas os serviços públicos por meio das “Misiones Bolivarianas”⁵ e a transferência de renda para classes de baixa renda foram estimuladas, mas também a participação popular na política foi amplamente difundida nas periferias por meio dos “Círculos Bolivarianos”, estimulando as pessoas a dialogarem sobre problemas de suas comunidades e lecionando elementos básicos da política nacional como o conhecimento sobre a Constituição promulgada em dezembro de 1999. O crescimento econômico e as políticas de distribuição de renda, com efeito, reduziram a pobreza de 50%, em 1998, para 30%, em 2013 (World Bank). No mesmo período, a desigualdade, expressa pelo Coeficiente de Gini, reduziu de 0,498 para 0,40, uma das menores taxas da região⁶ (World Bank).

Não obstante, o colapso do preço internacional do barril de petróleo, aliado à incapacidade da política econômica venezuelana de reduzir a dependência nacional deste mercado e de criar uma poupança, durante o cenário macroeconômico favorável, capaz de mitigar os atuais efeitos exógenos do baixo preço do barril, afetaram o desempenho socioeconômico até então observado no país. Os desequilíbrios macroeconômicos resultantes na conta corrente não têm sido corrigidos

⁵ O Sistema Nacional de Missões compreende uma série de programas sociais desenvolvidos a partir de 2003, e relançados anualmente, a fim de combater a pobreza e promover a alfabetização, o acesso à saúde gratuita, o abastecimento alimentar, entre outros.

⁶ Comparada ao Brasil, que apresentou uma redução da desigualdade de 0,596 (1998) para 0,528 (2013), a desigualdade venezuelana, além de ser menor, apresentou uma queda mais expressiva.

devido ao baixo preço do óleo cru, somado à contração da produção venezuelana em cerca de 10% na primeira metade de 2016. Segundo o Banco Mundial, a Venezuela enfrenta uma grave escassez de financiamento, com um déficit fiscal estimado em 20% do PIB no fim de 2015. A monetização deste déficit, por sua vez, somada à escassez na oferta de bens de consumo e o acesso restrito às reservas internacionais, têm contribuído para uma trajetória inflacionária ascendente. Nesse processo, a pressão sobre o câmbio tentou ser mitigada por meio da implantação de um sistema de taxa de câmbio múltipla, que, apesar de provocar um ajustamento externo pela redução de importações, não conteve a fuga de capitais.

A Venezuela enfrenta, em resumo, uma severa “estagflação”, combinando uma recessão de 10% do PIB (2016), contração acumulada da produção de mais de 20% desde 2013, consumo privado colapsado pela hiperinflação, queda das importações de produtos básicos, crise elétrica e subinvestimento (World Bank). O setor privado, segundo o Banco Mundial, precisa ser restabelecido, assim como financiada a diversificação da pauta exportadora, a fim de reduzir a vulnerabilidade econômica diante da flutuação do preço do óleo, já que este produto representa 95% das receitas oriundas da exportação e o setor de óleo e gás, 25% do PIB (DELGADO; STIER; FEBRERO; MARQUES, 2017). Outros mecanismos capazes de acomodar a flutuação do preço e do câmbio dizem respeito a impostos flutuantes, fundos econômicos e fundos soberanos tal como o norueguês Fundo Governamental de Pensão-Global, o maior fundo soberano do planeta, no qual são depositadas as receitas dos hidrocarbonetos, incluindo os dividendos da Statoil e os impostos sobre o setor de óleo e gás (TORRES, 2015).

Enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na Venezuela apresentou um crescimento expressivo durante o governo Chávez, de 0,672 (2000) para 0,770 (2012), a partir de 2013, já durante o governo de Nicolás Maduro, o IDH começou a sofrer uma queda, atingindo 0,762 em 2014⁷ (PNUD BRASIL, 2015). Eleito em 2013 como candidato do oficialismo que daria continuidade à revolução bolivariana, Maduro procurou manter a relevância da petroleira estatal PDVSA e o discurso anti-imperialismo, ainda que numa conjuntura desafiadora: baixa receita oriunda das exportações devido ao preço reduzido do petróleo, insustentabilidade dos programas sociais e a atuação dos meios de comunicação e setores empresariais contrários ao governo (ALMEIDA, 2017).

⁷ Em 2014, o IDH brasileiro pontuou 0,755; sendo menor do que o venezuelano, embora ambos estejam no patamar considerado alto; entre 0,700 e 0,800.

Em decorrência das eleições legislativas de 2015, que concederam larga maioria à oposição, Nicolás Maduro arrebatou os poderes legislativos da Assembleia Nacional por meio do Tribunal Supremo, motivado, sobretudo, pela crise da PDVSA, que se encontra numa situação próxima à inadimplência. O golpe conferido contra o Poder Legislativo, embora já revertido devido às pressões internacionais, inclusive de políticos simpatizantes ao regime bolivariano como o então presidente equatoriano Rafael Correa, foi observado como uma tentativa do Executivo em contornar a resistência do Parlamento em aprovar a associação da PDVSA com companhias estrangeiras, como a russa Rosneft, para a exploração de depósitos no Orinoco⁸.

No período imediatamente posterior à tentativa de deslegitimar o Parlamento, o Mercosul ainda não havia decidido mencionar o Protocolo de Ushuaia, por meio do qual suspender-se-ia a Venezuela por não respeitar a cláusula democrática. Como os países do Mercosul decidiram tratar a crise venezuelana em bloco, tanto o Brasil quanto a Argentina, mais críticos ao governo de Maduro, cederam, naquele momento, ao pedido uruguaio de não mencionar a cláusula democrática (PAGNI, 2017). O presidente do Uruguai, o socialista Tabaré Vázquez, atendeu à sua coalizão interna ao adotar a narrativa de preocupação com a desestabilização da ordem constitucional, em vez do termo agressão à democracia (Ibidem, 2017).

Ao revogar a medida de anular a Assembleia Nacional por meio do Tribunal Supremo, Maduro não deixou de persistir na tentativa de minimizar o Poder Legislativo. Dessa forma, conclamou uma Constituinte. No dia 30 de julho de 2017, cada um dos 340 municípios elegeu um membro para a nova assembleia, enquanto que as capitais estaduais elegeram dois membros (HSIANG, 2017). Além disso, 181 membros adicionais foram escolhidos pelo regime de acordo com vários grupos sociais do país. Tal processo eleitoral ocorreu em detrimento dos sete milhões de venezuelanos que, quinze dias antes, haviam votado pela rejeição de uma Assembleia Constituinte, atendendo à iniciativa da oposição ao chavismo.

Em função disso, no dia 08 de agosto de 2017, em Lima, foi realizada uma reunião extraordinária entre países da América Latina e Caribe, mais o Canadá, cujo resultado foi uma declaração de tom severo, condenando o

⁸ A Citgo, empresa venezuelana de refinação e comercialização de óleo nos EUA, está hipotecada em 49,9% à Rosneft, como garantia de um empréstimo de US\$ 2 bilhões. Ainda assim, o controle de campos de petróleo é uma garantia mais eficaz para os russos (SANTODOMINGO, 2017).

regime de “ditadura”, bem como não reconhecendo a assembleia nacional constituinte, ao mesmo tempo em que reforça o respaldo e a solidariedade com a Assembleia Nacional (CUÉ; TOLA, 2017). Condenou-se, ademais, a violação sistemática dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, a falta de eleições livres e a existência de presos políticos. Considerar a ilegitimidade da assembleia constituinte implica que os países signatários da Declaração de Lima (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia), além de não reconhecerem quaisquer acordos econômicos firmados pela Venezuela, impeçam que suas empresas firmem contratos ou acordos de financiamento no país (*Ibidem*, 2017).

Diante da construção desse padrão de inimizade contra a Venezuela, decidiu-se também não apoiar qualquer candidatura venezuelana a mecanismos e organizações regionais e internacionais. Ademais, suspensa do Mercosul no dia 05 de agosto de 2018, a Venezuela enfrenta um isolamento bastante duro de seus principais parceiros no comércio internacional, a fim de que se interrompa o processo iniciado com a Constituinte e sejam libertos os presos políticos. A exceção aos países americanos que consideram o chavismo uma ditadura e que não reconhecem a Constituinte são a Bolívia, Cuba, El Salvador, Equador e Nicarágua. Somente a China, entre os maiores sócios comerciais, reconhece a Constituinte, além da Rússia e do Irã. Por ocasião do processo eleitoral que reelegera Maduro, em junho de 2018, o Grupo de Lima se manifestou afirmando não reconhecer a legitimidade do pleito, além de anunciar a redução do nível diplomático dos países membros com a Venezuela e a ação conjunta para evitar empréstimos ao país (O GLOBO, 2018). Assim, a pressão do Grupo reforça o isolamento ao regime e fortalece as narrativas da oposição venezuelana acerca das irregularidades eleitorais. Já empossado para o segundo mandato, em janeiro de 2019, radicalizaram-se os movimentos pró e contra Maduro, culminando na autoproclamação de Juan Guaidó, líder na Assembleia Nacional, como presidente interino da Venezuela. Mais uma vez, Maduro contou com o reconhecimento de países como Cuba e El Salvador – dependentes do petróleo venezuelano – Bolívia, China e Rússia. Guaidó, por sua vez, é reconhecido pelos EUA, países membros do Grupo de Lima, com exceção do México, e a maioria dos países da União Europeia.

Juntamente com a pressão interna de uma população altamente polarizada e a pressão dos vizinhos latino-americanos, há uma verdadeira

investida contra o governo de Maduro. Contudo, à medida que novas sanções são apresentadas, de acordo com a construção em curso do padrão de inimizade somada aos mecanismos de penetração estimulados pelos EUA, as narrativas anti-imperialistas do governo se fortalecem e o isolamento se recrudescer, tornando as sanções ineficientes do ponto de vista de um suposto retorno à democracia. Roger Santodomingo (2017) questiona se enrijecer as sanções constrangeria Maduro a renunciar, em detrimento do elevado custo da radicalização interna, e conclui que as sanções podem gerar concessões por parte do governo, mas não a sua derrocada.

IV – IMPACTOS AO ESPAÇO SUL-AMERICANO

Enfatizada a dimensão estrutural representada pelo petróleo sobre a realidade econômica e política da Venezuela, bem como os elementos factuais que corroboram a crise no país durante o governo de Nicolás Maduro, verifica-se neste capítulo os impactos ocasionados sobre a América do Sul, com destaque para o Brasil. Haja vista os processos de integração regional sul-americanos, dentre eles o Mercosul e a Unasul, que corroboram a existência de vínculos políticos, comerciais e financeiros, culturais e sociais nesse espaço, é possível considerar, mediante a teoria do complexo regional de segurança, que a vulnerabilidade de um ator impacta a estabilidade do complexo regional. Nesse caso, a vulnerabilidade estrutural da Venezuela impacta o protagonismo brasileiro no espaço sul americano por pelo menos quatro vetores: geopolítica da energia, comercial-financeiro, fluxo migratório e integração regional.

O primeiro vetor possui um aspecto menos regional do que global, dado o caráter internacional do mercado de petróleo, porém, muitos países americanos dependem do produto venezuelano, cuja derrocada afeta o abastecimento regional. Assim, enfatiza-se o impacto da crise sobre a produção e a exportação de petróleo, bem como a sobrevivência da PDVSA, num contexto de queda da produção, alto grau de corrupção e sanções externas. Em agosto de 2017, os EUA lançaram um decreto que proíbe a negociação de novas dívidas e ações emitidas pelo governo venezuelano e pela estatal PDVSA, a transação de alguns títulos públicos de Caracas e o pagamento de dividendos ao governo de Maduro. A medida visa interromper o financiamento do regime e proteger as finanças estadunidenses, embora o decreto não inclua o financiamento de trocas comerciais, exportação e importação de petróleo e transações com a Citgo

– a unidade da PDVSA nos EUA (PETRONOTÍCIAS, 2017). Em resposta, a chancelaria venezuelana afirmou que o decreto unilateral põe em risco tanto o fornecimento de petróleo mais próximo e seguro dos EUA, quanto os trabalhadores venezuelanos devido ao impacto sobre os fundos de previdência (Ibidem, 2017).

Não apenas as sanções externas têm acelerado a crise no setor, mas também o alto nível de corrupção a dilapidar as receitas da PDVSA, sobretudo pelos impactos políticos e pela interrupção de contratos mistos e de novos investimentos upstream e downstream, bem como a falta de transparência de dados e o acúmulo de dívidas. Em fevereiro de 2017, mais de nove executivos da PDVSA foram presos, incluindo o diretor-geral da Petropiar – empreendimento que reúne a PDVSA e a Chevron (Ibidem, 2017). Já em setembro do mesmo ano, outros executivos da companhia foram acusados de tráfico ilegal de petróleo bruto, conspiração criminal e corrupção, entre eles o diretor executivo de produção e o presidente da Petrozamora – empreendimento que reúne a PDVSA e o banco russo Gazprombank (Ibidem, 2017). A crise agravante na companhia tem provocado, inclusive, o abandono e o saque por seus funcionários, haja vista a corrosão salarial em função da hiperinflação, cujo resultado é a direção esvaziada e a presidência da companhia entregue ao general Manuel Quevedo, sem experiência no ramo; instalações petroquímicas abandonadas; materiais de trabalho em falta; e, a mão de obra pela metade (PETRONOTÍCIAS, 2018).

Dada a importância do petróleo para a economia venezuelana, a crise instalada no país se retroalimenta conforme os impactos sejam sentidos pela PDVSA. Considerada o pilar econômico do país, a agudização da crise na companhia ameaça, nesse sentido, aprofundar a instabilidade nacional, já alimentada pela recessão e inflação, pela criminalidade e pela escassez de alimentos e remédios (SEMPLE; KRAUSS, 2017). A realidade crítica não mais se relaciona com o preço do barril de petróleo, cuja queda vertiginosa em 2014 afetou conjuntamente os países exportadores, pois mesmo com a recuperação dos preços a partir de 2017, a PDVSA permanece sendo o sintoma e a causa da recessão nacional (Ibidem, 2017). Devido à dilapidação da capacidade operacional e financeira da companhia, a recuperação dos preços não consegue reverter a queda da produção e, conseqüentemente, as dívidas acumuladas com títulos e com fornecedoras de serviços, ocasionando, de acordo com Francisco Monaldi *apud* Díaz (2018), na perda de mercados a demais países exportadores. Com a exportação de óleo bruto em queda, a demanda doméstica de gasolina e diesel também não é

atendida, implicando na importação desses derivados dos EUA (SEMPLE; KRAUSS, 2017), pois o governo, segundo Monaldi *apud* Díaz (2018), tem priorizado a exportação à revelia do racionamento doméstico. Até mesmo os parceiros mais estreitos, tal como Cuba, tem sentido os reflexos da derrocada venezuelana, a exemplo dos 49% que a PDVSA detinha sobre uma refinaria em Cuba, mas que foram tomados por Havana como garantia das dívidas somadas por Caracas (SEMPLE; KRAUSS, 2017). Ademais, as refinarias venezuelanas operam, segundo Monaldi *apud* Díaz (2018), em menos de um terço de sua capacidade, como o complexo de refino Paraguaná, considerado um dos maiores do mundo, a operar com metade de sua capacidade, estimada em quase um milhão de barris por dia (SEMPLE; KRAUSS, 2017). Uma recuperação do setor de hidrocarbonetos exigiria, segundo Monaldi *apud* Díaz (2018), investimentos de US\$ 20 bilhões ao ano, durante uma década, após uma profunda reforma institucional que forneça garantias ao setor privado e receitas para o Estado.

Vale analisar, ainda que brevemente, que, à parte o comprovado potencial energético, nos últimos anos, alguns países da região promoveram reformas e intensificaram esforços para atrair investidores internacionais do setor energético a fim de acelerar atividades. O fenômeno é explicado pela chegada de novos governos ao poder, em sua maioria com características liberais, além da sabida santidade aos contratos na região, seu afastamento dos eixos de guerra, terrorismo e conflitos, consolidando a região como um polo atrativo de investimentos.

A segurança energética é imprescindível para o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. Contudo, a mera disponibilidade de recursos não cria segurança energética *persi*. Há uma lacuna no que se refere a uma maior integração energética dos países desse bloco, que poderia favorecer a melhor utilização dos recursos e a difusão de conhecimento e tecnologia, caso eles conseguissem se desenvolver de forma mais agregada.

O desequilíbrio desencadeado pela crise venezuelana afeta em maior ou menor medida outros países do entorno estratégico que não só o Brasil. A Colômbia, que se encontra em meio a uma reforma do seu sistema petrolífero, vê a crise venezuelana como oportunidade para expansão de suas exportações. A Argentina, por sua vez, passa por um esforço sistemático congregando governo e empresas privadas para aumentar as exportações de gás natural a partir da região de Vaca Muerta, utilizando-se de técnicas de fraturamento hidráulico e perfuração horizontal. A Argentina também enxerga a redução das exportações venezuelanas como uma oportunidade

de expansão de seus mercados.

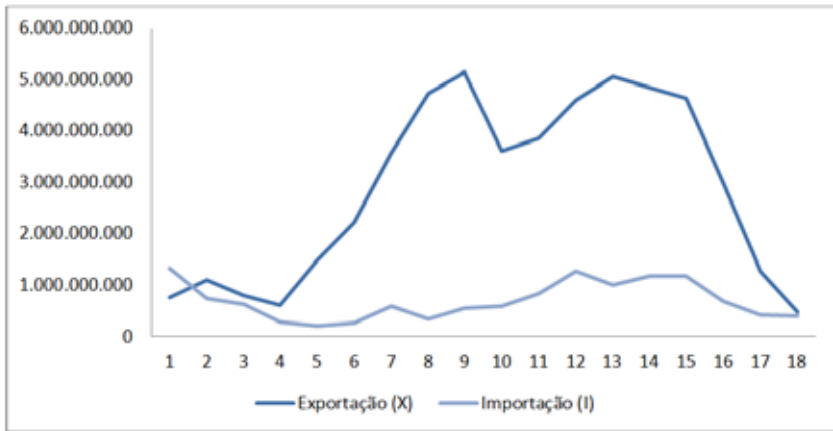
Segundo, no tocante ao impacto comercial-financeiro, enquanto as relações econômicas bilaterais entre Venezuela e Brasil atingiram o auge em 2012, quando o volume comercial atingiu mais de US\$ 6,05 bilhões, o colapso econômico venezuelano provocou um retrocesso nesse aspecto, tendo, em 2017, caído para US\$ 861 milhões, patamar aproximado ao de duas décadas atrás (SANTORO, 2018). De acordo com a Tabela 1, o Brasil apresentou um déficit comercial com a Venezuela apenas em 2000, retomando o superávit logo no ano seguinte, apesar do volume comercial entrar em queda até 2003. Entre 2004 e 2012, o volume comercial cresceu mais de três vezes, apesar do hiato entre 2009 e 2010 por ocasião dos impactos globais da crise financeira de 2008. Alcançado o auge em 2012, ano em que a Venezuela tornou-se membro pleno do Mercosul, a trajetória descendente aprofundou-se a partir de 2015, conforme o Gráfico 1, tendo reduzido, entre 2014 e 2017, em um terço as importações e em um décimo as exportações brasileiras. Evidencia-se, portanto, que apesar da recessão do Brasil entre 2015 e 2016, a crise venezuelana foi a principal responsável pela queda vertiginosa do intercâmbio comercial, haja vista a reduzida compra de produtos brasileiros e, com efeito, a perda de mercado ao Brasil, sobretudo a partir da suspensão da Venezuela do Mercosul, em dezembro de 2016.

Tabela 1: Intercâmbio Comercial Brasileiro com a Venezuela

Ano	Exportação (X) US\$ FOB	Importação (I) US\$ FOB	Saldo (X-I)	Corrente (X+I)
2000	752.905.969	1.327.672.176	-574.766.207	2.080.578.145
2001	1.095.269.547	746.983.275	348.286.272	1.842.252.822
2002	798.974.175	633.060.045	165.914.130	1.432.034.220
2003	608.229.076	275.154.451	333.074.625	883.383.527
2004	1.469.802.005	199.083.320	1.270.718.685	1.668.885.325
2005	2.223.705.818	255.605.407	1.968.100.411	2.479.311.225
2006	3.565.424.415	591.553.378	2.973.871.037	4.156.977.793
2007	4.723.939.986	345.924.595	4.378.015.391	5.069.864.581
2008	5.150.187.992	538.772.712	4.611.415.280	5.688.960.704
2009	3.610.339.282	581.593.287	3.028.745.995	4.191.932.569
2010	3.853.971.840	832.667.132	3.021.304.708	4.686.638.972
2011	4.591.847.947	1.266.356.385	3.325.491.562	5.858.204.332
2012	5.056.025.298	996.836.960	4.059.188.338	6.052.862.258
2013	4.849.839.836	1.180.739.809	3.669.100.027	6.030.579.645
2014	4.632.139.245	1.174.118.238	3.458.021.007	5.806.257.483
2015	2.986.603.820	679.890.525	2.306.713.295	3.666.494.345
2016	1.275.738.022	415.195.801	860.542.221	1.690.933.823
2017	469.654.754	391.694.953	77.959.801	861.349.707

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Secretaria de Comércio Exterior, MDIC.

Gráfico 1: Intercâmbio Comercial Brasileiro com a Venezuela



Fonte: Elaboração própria com base dos dados da Secretaria de Comércio Exterior, MDIC.

Terceiro, no que diz respeito ao fluxo migratório, a Venezuela vive um movimento contrário, pois, se antes era considerada um destino de estabilidade política e econômica promovida pela economia do petróleo, atualmente, trata-se da origem de pessoas em fuga da crise humanitária e do colapso econômico (SANTORO, 2018). Segundo a Organização Internacional para Migração (2018), estima-se que 2,3 milhões de venezuelanos vivam no exterior, dos quais mais de 1,6 milhão tenham deixado o país desde 2015 – 90% destinando-se para países sul-americanos. Os principais destinos de venezuelanos, em 2017, foram Colômbia, Chile, Argentina, Equador, Panamá, Brasil, México, Peru e Costa Rica, além da Espanha e dos Estados Unidos.

Tal realidade já é considerada o maior movimento migratório da história recente na América Latina, de tal modo que rivaliza com o êxodo provocado por guerras em países como Afeganistão e Sudão do Sul (THE ECONOMIST, 2018). Apesar dos números substancialmente distintos entre Brasil, com 35 mil venezuelanos em 2017, e Colômbia, com 600 mil no mesmo período, o impacto social sobre aquele não pode ser descartado, já que o ingresso dos migrantes ocorre principalmente em Roraima – o estado brasileiro com a menor economia do país. A princípio, a entrada de migrantes venezuelanos tem sido abraçada pelos governos

regionais, embora algumas restrições tenham sido levantadas conforme o fluxo de agudiza, tal como a decisão equatoriana de receber apenas venezuelanos portando passaporte a partir de agosto de 2018 e reações xenófobas de determinados grupos das sociedades receptoras (Ibidem, 2018), o que ameaça a estabilidade e, com efeito, a securitização do tema por parte dos governos locais.

A ocorrência do fluxo de migrantes, dentre eles solicitantes de refúgio, decorre da ostensiva violação dos direitos humanos pelo regime venezuelano. Segundo o Informe 2017/18 da Anistia Internacional, referente a dados coletados em 2017, a continuidade do estado de emergência econômico declarado em janeiro de 2016, a escassez de alimentos e de suprimentos médicos, a repressão das forças de segurança e a instabilidade política revelam a ausência de avanço nas questões de direitos humanos. A Anistia (2018) aponta a restrição à liberdade de manifestação e de expressão, com o fechamento de cinquenta estações de rádio e a retirada de canais estrangeiros como a CNN; o uso excessivo da força pela Polícia Nacional Bolivariana e pela Guarda Nacional Bolivariana contra manifestantes, especialmente entre abril e julho de 2017, bem como prisões arbitrárias por razão política, uso da justiça militar contra civis e perseguição de ativistas de direitos humanos; o anúncio da retirada da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da autoridade da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que limita a proteção aos venezuelanos; e, o cerceamento do direito à alimentação, constatado pelo valor da cesta básica sessenta vezes maior do que o salário mínimo em dezembro de 2017, do direito à saúde, conforme estatísticas oficiais de 11.466 mortes de crianças com menos de um ano de idade em 2016 – um aumento de 30,1% comparado a 2015 –, dos direitos das mulheres, apresentando-se o aumento de 65,8% da mortalidade materna entre 2015 e 2016, e dos direitos sexuais e reprodutivos. Dessa forma, as mencionadas violações de direitos humanos provocam, segundo a Anistia (2018), o aumento acentuado de venezuelanos em busca de refúgio.

Quarto, por fim, diz respeito aos impactos à integração regional, abalada pela suspensão da Venezuela pelo Mercosul e pela redundância da Unasul, relegada à paralisia política com a suspensão anunciada pelo Brasil e a retirada da Colômbia. Ademais, a mediação proposta pelo Vaticano entre governo e oposição na Venezuela, em outubro de 2016, havia fracassado, e um posicionamento da OEA, capaz de criar uma resposta continental à crise venezuelana, foi bloqueado por ausência

de um consenso entre seus membros. Diferentemente do impasse em curso, a OEA logrou êxito nas negociações que ocorreram a fim de estancar a crise política instalada, no final de 2002, entre a oposição e os partidários do chavismo⁹. Conseguiu-se enquadrar a fórmula de mediação diplomática, denominada Grupo de Amigos da Venezuela, em seu marco legal, o que, segundo Celso Amorim (2013), diluiu qualquer sensação de intervencionismo ou a ideia de que se tratava de uma ação isolada.

Naquele momento, coube ao Brasil encontrar uma alternativa que incluísse tanto os países que defendiam a institucionalidade e a não intervenção (Brasil, Chile e México), quanto os que eram simpáticos à oposição (Estados Unidos, Espanha e Portugal) – uma proposta que encontrou hesitação de Hugo Chávez por influência de Fidel Castro, sob a justificativa de que “o Grupo de Amigos seria uma concessão aos que desejavam derrubar Chávez” (AMORIM, 2013, p. 39). Certamente, o protagonismo brasileiro no que se refere aos assuntos sul-americanos, que engatinhava no final do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) até alcançar maior relevância na formulação da política externa do governo Lula da Silva (2003-2010), foi significativo para a solução negociada. Ao longo daquela crise, o Brasil manteve canais abertos com lideranças oposicionistas, ainda que forjar pontes entre o governo e a oposição se tenha revelado ilusório, dada a intensa polarização política da Venezuela (Ibidem, 2013). Ao mesmo tempo, o Brasil conseguiu diplomaticamente concessões tanto de Chávez, materializadas no “referendo revocatório” previsto constitucionalmente e na participação in loco de observadores internacionais, quanto dos EUA, percebidas pelo tom menos agressivo dos discursos oficiais, o que, caso contrário, “inevitavelmente levaria a uma escalada de ataques verbais, com reflexos internos na Venezuela” (Ibidem, 2013, p. 43). A vitória de margem ampla obtida por Chávez superou, segundo Amorim (2013), uma das maiores crises da região – por algum tempo ao menos.

⁹ Em abril de 2002, o chavismo sofreu um golpe político que se revelou um fracasso, embora tenha detido o Presidente Chávez ilegalmente. A crise, ainda que restabelecida a institucionalidade com o retorno de Chávez à Presidência, se radicalizou no fim de 2002, em meio a palavras de ordem oposicionista como eleições antecipadas e plebiscito consultivo, não previstos na Constituição e, portanto, considerados mecanismos golpistas por Chávez.

V – COMENTÁRIOS FINAIS

Os problemas atuais da Venezuela estão ligados a uma realidade altamente complexa, na qual a economia do petróleo assume a dimensão estrutural para a manutenção e a derrocada de regimes políticos. Nesse sentido, a crise venezuelana possui um profundo componente estrutural que torna o país altamente vulnerável, não sendo possível atribuir o início da crise atual ao governo de Nicolás Maduro, tampouco ao denominado regime bolivariano iniciado por Hugo Chávez. Na realidade, a dimensão estrutural protagonizada pelo petróleo define tanto as bases de sustentação do governo no poder, tal como ocorreu durante a transição democrática finalizada na década de 1960, quanto as receitas necessárias para a sobrevivência do Estado, sentida pelo reduzido preço do barril do petróleo entre 2014 e 2016.

A princípio, a Venezuela ganhou os holofotes devido às posições não negociáveis que ascenderam numa sociedade fortemente polarizada e, com efeito, à violência nas ruas (BLUNCK, 2017). No entanto, devido aos impactos observados na geopolítica da energia, na relação comercial-financeira, no fluxo migratório e na integração regional, a Venezuela representa hoje o teste mais pesado para a América do Sul, um complexo regional que, na atualidade, carece do protagonismo desempenhado pelo Brasil como na crise instalada no fim de 2002.

À luz da teoria do complexo regional de segurança, o isolamento é resultante da mutação dos padrões de amizade/inimizade, conforme os interesses e identidades alteram o grau de interdependência nas questões de segurança regional, harmonizando-se aos padrões definidos externamente via mecanismos de penetração. Assim, o isolamento revela-se à medida que os interesses e as identidades regionais com a Venezuela se distanciam e se aproximam ao da potência hegemônica e ao da ordem internacional por ela protegida. Ao mesmo tempo, o reduzido protagonismo brasileiro para encontrar respostas regionais ao transbordamento da crise deflagrada aprofunda, então, o isolamento da Venezuela, tornando-se uma prática cujo objetivo é reduzir os impactos sobre os países do complexo regional.

Visando o aprofundamento da pesquisa e, com efeito, a compreensão acerca dos impactos da crise venezuelana ao espaço sul-americano, sugere-se: identificar os mecanismos de penetração mediante

os quais os EUA teriam influência sobre o isolamento regional à Venezuela, para além das sanções aplicadas por Washington; e, principalmente, questionar a liderança brasileira nos processos de integração da América do Sul, haja vista a baixa institucionalização dos organismos regionais como o Mercosul e a Unasul, carentes de supranacionalidade e de mecanismos voltados para a solução de crises internas, a adequação dos Estados-membros à cláusula democrática e a vinculação de normas.

STRUCTURAL VULNERABILITY OF VENEZUELA AND IMPACTS TO THE SOUTH AMERICAN SPACE

RESUMO

The paper analyses geopolitically how the Venezuelan vulnerability impacts the stability in South America, where Brazil is a relative protagonist. In the light of the Theory of Security Regional Complex (TSRC), it starts from the hypothesis that such vulnerability affects the South American space, because states' security would be interdependent in a Complex. On one side, the vulnerability is explained through the structural dimension of hydrocarbons reserves. On the other, the impacts to South American stability touch the Brazilian protagonism through the following vectors: geopolitics of energy, commercial-financial, migratory flow and regional integration. Such analytical model verifies that the paralysis of regional mechanisms to Venezuelan crisis follows the logics of building amity/enmity patterns, based on democratic clause which underpins the regional integration processes. The formation of these patterns, according to the TSRC, aligns through the mechanisms of penetration with foreign powers, conciliating regional and global security. The establishment of Lima Group and the emptying of regional organisms which isolate the Venezuelan crisis and challenges the protagonism of Brazil are phenomena which characterize the ongoing amity/enmity patterns, aligned with the identities and interests boosted by hegemonic foreign power and its protected international order.

Keywords: Regional Security Complex; Crisis in Venezuela; Geopolitics of Oil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANISTIA INTERNACIONAL. Informe 2017/18: O Estado dos Direitos Humanos no Mundo. Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>>. Acesso em 21 de agosto de 2018.

AMORIM, Celso. Venezuela: Grupo de Amigos. In: _____. Breves Narrativas Diplomáticas. São Paulo: Benvirá, 2013. Cap. 2, p. 35-50.

ALMEIDA, Fernando Roberto de F. Venezuela sem mediação brasileira. Instituto Mosaico. Disponível em: <<https://medium.com/instituto-mosaico/venezuela-sem-mediação-brasileira-ce1d26af86c5>>. Acesso em 18 de agosto de 2017.

BLUNCK, Julia. The West is gripped by Venezuela's problems. Why does it ignore Brazil's? The Guardian. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/aug/10/west-gripped-venezuela-ignore-brazil-jeremy-corbyn-nicolas-maduro>>. Acesso em 12 de agosto de 2017.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Balança comercial brasileira: Países e Blocos. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-mensal-2>>.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. Regions and Powers: The Structure of International Security. London: Cambridge University Press, 2003.

CUÉ, Carlos E.; TOLA, Raúl. América se moviliza para aislar a Maduro. El País. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2017/08/08/america/1502225027_942144.html>. Acesso em 12 de agosto de 2017.

DECLARACIÓN de Lima. 08 agosto 2017. Disponível em: <<https://ep00.epimg.net/descargables/2017/08/09/325283de2b3c8ff466987a2b99da5b7a.pdf>>. Acesso em 12 de agosto de 2017.

DELGADO, Fernanda; STIER, Klaus; FEBRARO, Júlia; MARQUES, João Victor. Precisamos falar sobre a Venezuela: Impactos Petropolíticos e Reflexos para o Brasil. FGV Energia. Disponível em: <<https://fgvenergia.fgv.br/opinioes/precisamos-falar-sobre-venezuela-impactos-petropoliticos-e>>

-reflexos-para-o-brasil>.

DÍAZ, Ana. Países de la OPEP encantados de que la producción colapse em Venezuela. El Nacional. Disponível em: <http://www.el-nacional.com/noticias/economia/paises-opep-encantados-que-produccion-colapse-venezuela_240359>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

GARDINI, Gian Luca. The Origins of Mercosur: Democracy and Regionalism in South America. New York: Palgrave Macmillan, 2010. Introdução.

HSIANG, Antonio C. China and the Venezuela Crisis. The Diplomat. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2017/07/china-and-the-venezuela-crisis/>>. Acesso em 15 de agosto de 2017.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. UNHCR and IOM Chiefs Call for More Support as the Outflow of Venezuelans Rises Across the Region. Disponível em: <<https://www.iom.int/news/unhcr-and-iom-chiefs-call-more-support-outflow-venezuelans-rises-across-region>>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

KARL, Terry Lynn. Petróleo e Pactos Políticos: A Transição para a Democracia na Venezuela. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (ed). Transições do Regime Autoritário: América Latina. São Paulo: Vértice, 1988.

O GLOBO. Eleição de Maduro na Venezuela sofre rejeição internacional. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/eleicao-de-maduro-na-venezuela-sofre-rejeicao-internacional-22701244>>. Acesso em 27 de agosto de 2018.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES. Venezuela facts and figures. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/en/about_us/171.htm>. Acesso em 19 de agosto de 2017.

PAGNI, Carlos. Maduro, en manos de Putin. El País. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2017/04/03/america/1491254324_945550.html>. Acesso em 08 de agosto de 2017.

PETRONOTÍCIAS. Novas Sanções Americanas Contra a Venezuela Atin-
gem Diretamente a PDVSA. Disponível em: <[https://petronoticias.com.br/
archives/102435?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_ca
mpaign=Feed%3A+Petronotcias+%28PetroNot%C3%ADcias%29](https://petronoticias.com.br/archives/102435?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+Petronotcias+%28PetroNot%C3%ADcias%29)>. Acesso
em 17 de agosto de 2018.

_____. Venezuela Reage às Sanções Americanas e Diz que
Elas Põem em Risco o Fornecimento de Petróleo. Disponível em: <[https://
petronoticias.com.br/archives/102869?utm_source=feedburner&utm_
medium=email&utm_campaign=Feed%3A+Petronotcias+%28PetroNot%
C3%ADcias%29](https://petronoticias.com.br/archives/102869?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+Petronotcias+%28PetroNot%C3%ADcias%29)>. Acesso em 17 de agosto de 2018.

_____. Aumento da Corrupção na PDVSA Provoca Que-
da na Produção de Petróleo na Venezuela. Disponível em: <[https://
petronoticias.com.br/archives/103265?utm_source=feedburner&utm_
medium=email&utm_campaign=Feed%3A+Petronotcias+%28PetroNot%
C3%ADcias%29](https://petronoticias.com.br/archives/103265?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+Petronotcias+%28PetroNot%C3%ADcias%29)>. Acesso em 17 de agosto de 2018.

_____. Crise do “Madurismo” Dissolve a Venezuela com Gra-
ves Reflexos na Petroleira PDVSA. Disponível em: <[https://petronoticias.
com.br/archives/113548](https://petronoticias.com.br/archives/113548)>. Acesso em 17 de agosto de 2018.

PNUD BRASIL. Ranking IDH Global 2014. Disponível em: <[http://www.
br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html](http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html)>.
Acesso em 31 de agosto de 2018.

SANTODOMINGO, Roger. El factor Rusia em Venezuela. El
País. Disponível em: <[https://elpais.com/elpais/2017/07/31/opi-
nion/1501502778_110766.html](https://elpais.com/elpais/2017/07/31/opinion/1501502778_110766.html)>. Acesso em 09 de agosto de 2017.

SANTORO, Maurício. Precisamos conversar sobre como a crise na Vene-
zuela traz impactos para o Brasil. O Globo. Disponível em: <[https://oglo-
bo.globo.com/mundo/artigo-precisamos-conversar-sobre-como-crise-na-
venezuela-traz-impactos-para-brasil-22700652](https://oglobo.globo.com/mundo/artigo-precisamos-conversar-sobre-como-crise-na-venezuela-traz-impactos-para-brasil-22700652)>. Acesso em 22 de junho
de 2018.

SEMPLE, Kirk; KRAUSS, Clifford. Once a Cash Cow, Venezuela’s Oil
Company Now Verges on Collapse. The New York Times. Disponível em:
<<https://www.nytimes.com/2017/12/27/world/americas/venezuela-oil->

-pdvsa.html>. Acesso em 20 de Agosto de 2018.

THE ECONOMIST. A rude reception awaits many Venezuelans fleeing their country. Disponível em: <<https://www.economist.com/the-americas/2018/08/25/a-rude-reception-awaits-many-venezuelans-fleeing-their-country>>. Acesso em 28 de agosto de 2018.

TORRES, César Said Rosales. Gás e Petróleo na Noruega: como o país driblou a maldição dos recursos? In: *Tempo do Mundo*, vol. 1, n. 1, p. 93-108. Brasília: IPEA, 2015.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Human Development Reports. Venezuela (Bolivarian Republic of). Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/VEN>>. Acesso em 17 de agosto de 2017.

WORLD BANK. Overview. Venezuela. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/country/venezuela/overview#1>>. Acesso em 18 de agosto de 2017.